o universo do recluso encarado do ponto-de-vista deste e analisado numa perspectiva, digamos, etnográfica. Assim, não utiliza os instrumentos habituais de medida ou de prova estatística, relevando os desenvolvimentos analíticos da «observação-participação» que o autor praticou, de forma a poder preencher (teòricamente) o espaço das inter-relações definidas pelos actores no contexto da instituição.

«Asiles» é uma tentativa de construção do referencial próprio do recluso, do seu discurso dentro da instituição, contra a instituição. Abordam as descrições pontuais do quotidiano do internado que, todavia, comportam sempre a referência à totalidade da instituição que constitui, òbviamente, o espaço unitário real da análise. Encontra-se neste trabalho não só a explicitação dos comportamentos manifestos do internado, como ainda o perfil do que se situa subjacente: a racionalidade das práticas de adaptação desenvolvidas pelo internado em busca da coerência última no interior do campo institucional.

«Asiles» põe a descoberto as homologias estruturais dos diversos tipos de I. T., apontando a vacuidade das ideologias erguidas em torno de cada uma delas e alinhando-as segundo um *continuum* objectivo, na medida em que constituem meras variações sobre os temas comuns do isolamento e do controle totalitário do indivíduo. O seu modelo teórico procura a reconstrução sistemática da significação das práticas institucionais com base na definição rigorosa das funções sociais próprias às I. T.

Duas rupturas se praticam no espaço teórico de «Asiles». A primeira configura-se relativamente ao mundo exterior à instituição: o isolamento ecológico e humano da unidade institucional no interior da qual a existência é vivida *em negativo* em relação ao exterior «normal». A segunda cinde o conjunto dos internados do pessoal administrativo e terapêutico, ruptura esta que é assim a reprodução, no seio da instituição, da oposição anterior entre o espaço institucional (fechado) e o mundo exterior.

Estas categorias teóricas permitem captar o real-social da instituição, expressam a natureza do processo de adaptação do internado ao universo claustral, onde o compromisso do homem com a instituição supõe a interiorização (compulsiva) da repressão e se salda pela impotência total.

O livro contém quatro estudos que por assim dizer se interceptam, na medida em que todos contemplam o mesmo objecto. Contudo, cada um deles situa o problema diferentemente utilizando uma «approche» sociológica específica. O primeiro estudo, «as características das instituições totalitárias», dá-nos uma exposição genérica das relações sociais no interior destes estabelecimentos de reclusão compulsiva. O segundo, «a carreira moral do doente mental», é a explicitação da gama dos efeitos da admissão sobre as relações anteriores do internado. O terceiro, «a vida clandestina numa instituição pública», analisa o tipo de relações «subterrâneas» geradas pelo internado a fim de criar distância face aos «rôles» que lhe sugerem. Finalmente, o quarto estudo, «o esquema médico tipo e a hospitalização dos doentes mentais» perspectiva a actuação do pessoal médico relativamente ao internado no referente à apresentação a este último dos elementos relevantes da sua situação de recluso.

Eduardo de Freitas

GUIRAUD, Pierre — *La sémiologie* P. U. F. — (Col. Que sais-je?), Paris, 1971, 122 p.

O aparecimento duma ciência nova, a semiologia, tinha sido profetizada no princípio do século por Ferdinand de Saussure, época em que o americano Charles Sanders Peirce considerava já também uma ciência geral dos signos (semiótica) como disciplina autónoma e simultâneamente como quadro de referência indispensável para a multiplicidade dos seus trabalhos nos mais diversos campos do conhecimento.

Sob a designação de semiologia ou de semiótica (esta última herdada de Locke), a nova disciplina foi progressivamente forjando os seus conceitos e reestruturando o seu objecto. Mais isso não significa de forma alguma que os contornos estejam rigorosamente definidos, nem sequer que os conceitos básicos, como o próprio conceito de signo, sejam de formulação e aceitação generalizadas.

A delimitação proposta por Guiraud logo no início do seu livro, é portanto relativamente arbitrária. O autor circunscreve com efeito a análise aos «sistemas de signos não linguísticos» deixando ainda explìcitamente de fora campos como comunicação animal (zoosemiótica), comunicação das máquinas (cibernética) e comunicação das células vivas (biónica).

Apoiando-se no modelo de comunicação de Jakobson, estuda as funções da linguagem. As formas como estas funções se articulam numa determinada mensagem permitem distinguir dois modos de percepção: compreender e sentir. Assim se torna possível uma primeira abordagem dos códigos.

Depois de definir os «media», o autor acentua a sua necessária articulação com a natureza, estrutura e função do código. E aponta os problemas gerais colocados pelo aparecimento dos meios de comunicação contemporâneos, a partir das formulações de Marshall McLuhan.

Ao considerar o problema da significação, Guiraud é conduzido a tratar brevemente a comunicação (analisando posteriormente os modos de comunicação), a motivação («relação natural entre significante e significado»), a monossemia e a polissemia, a denotação e as conotações e por último a forma e a substância do signo. É precisamente a forma do signo que mais detidamente o ocupa.

Os capítulos seguintes tratam sucessivamente e com algum pormenor, os códigos lógicos, estéticos e sociais. Os dois primeiros decorrem das relações do homem com a natureza e encontram o princípio da sua distinção na oposição de dois modos antitéticos da experiência: experiência lógica e experiência afectiva ou estética. Os códigos sociais, por seu turno, organizam a significação da comunicação social, e podem, eles próprios, compreender signos (sociais) lógicos e estéticos.

Na conclusão, sugestivamente intitulada *Mythologies de notre Temps*, sublinha-se o condicionamento de origem mítica da maior parte das opções aparentemente livres e racionais, a que uma «consciência semiológica» poderá no futuro opôr-se como «principal garant de notre liberté».

Apesar dos limites de dimensão a que a colecção obriga, o livro de Pierre Guiraud não deveria provàvelmente omitir algumas vias importantes de investigação semiológica, que se contêm em obras (como a de Julia Kristeva e de A. J. Greimas), citadas aliás na bibliografia sumária. Isso não retira ao trabalho a utilidade de iniciação didáctica, a que de resto se destina.

João Ferreira de Almeida

LAING, Ronald e ESTERSON, A. — *Sanity, madness and the family* — Tavistock Publications, 1964 e Pelican Books, 1970.

O nome de Ronald Laing é hoje corrente, não só nas revistas de conteúdo científico, mas também em todas aquelas que registam o que de mais flagrante aparece na «moda» do que sai da média das sociedades contemporâneas. Isto significa que Laing é, hoje, um objecto da «mass media», o que talvez justifique a «massagem» a que as suas teorias e a sua prática foram submetidas, de forma a torná-las consumíveis (ou não) pelo «grande público». Ronald Laing é o homem da anti-psiquiatria: rótulo definitivo, que lhe é aposto como se fosse o outro rótulo que os seus textos procuram des-mitificar, a esquizofrenia.

No meio do ruído desta publicidade deformadora, acaba por ser natural o esquecimento (voluntário?) de que a anti-psiquiatria *ainda é uma psiquiatria* e que, portanto, terá de ser objecto de uma análise rigorosa; e talvez também seja natural que as pseudo-análises sobre R. Laing se afastem do polo do seu trabalho (denúncia da forma violenta — terrorista — que assume a psiquiatria estabelecida, nomeadamente no campo da esquizofrenia, quer na determinação da «doença», quer na sua prática de «tratamento») para se situarem na descrição das suas aparentes ex-centricidades (estar para lá do centro que a sociedade define como centro).

E, no entanto, já em 1964 Laing colocava com precisão os pontos fulcrais da sua crítica; neste livro, cujo corpo principal é constituido pela análise de onze casos de diagnóstico de esquizofrenia, procura-se demonstrar que, por um lado, não está claramente definido o que é esquizofrenia (muito pelo contrário, só se sabe o que é que não é) e que, por outro lado, esse complexo situacional a que se chama esquizofrenia só poderá ser